

Síntese Informativa

Associação Portuguesa de Bancos

Nº 2

2013 | 1º Semestre

Lisboa | Dezembro 2013



Principais destaques do 1º semestre de 2013

No primeiro semestre de 2013, a actividade das instituições financeiras associadas manteve-se fortemente condicionada pelo contexto económico e financeiro adverso um pouco em toda a área do euro, mas particularmente em Portugal. Ainda assim, e apesar do desafio de desalavancagem que tem sido colocado ao sector bancário, as instituições financeiras associadas mantiveram uma estrutura de financiamento estável, uma posição de liquidez confortável e um nível de solvabilidade adequado.

As ligeiras melhorias registadas em vários indicadores nacionais nos dois primeiros trimestres do ano - como o ligeiro crescimento do Produto Interno Bruto nominal (de 0,2% e 1% no primeiro e segundo trimestres, respectivamente) (ver Gráfico 1) e a descida da taxa de desemprego pela primeira vez desde Junho de 2011 – não foram ainda suficientes para melhorar a situação dos agentes económicos, que se tem vindo a deteriorar particularmente desde o início do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), fruto da queda da actividade económica e das medidas de austeridade que têm vindo a ser implementadas. Por conseguinte, o consumo privado das famílias e o investimento demonstraram evoluções negativas ou praticamente nulas nos dois primeiros trimestres de 2013 (ver Gráficos 2 e 3).

Aquelas medidas têm permitido contudo uma redução dos desequilíbrios externos e orçamentais da economia portuguesa, e uma consequente melhoria da percepção do nível de risco implícito da República Portuguesa, que se traduziu numa diminuição das *yields* da dívida pública (ver Gráfico 4) e permitiu o acesso do Tesouro aos mercados de médio e longo-prazo no primeiro semestre do ano, com duas emissões de dívida pública, a 5 e a 10 anos.

O comportamento dos mercados accionistas foi volátil durante o primeiro semestre do ano (ver Gráfico 5), marcado pelos receios da diminuição dos estímulos à economia americana por parte da FED e pelas dúvidas quanto à sustentabilidade da moeda única e das instituições europeias, acentuadas pelo alastramento da crise da área do euro a Chipre, cujo auxílio financeiro ocorrido em Março implicou uma participação de todas as classes de credores no resgate aos bancos cipriotas. Estas dúvidas vieram reforçar a necessidade de manutenção de uma política monetária acomodatória por parte do BCE (que reduziu a taxa de juro das operações principais de financiamento em Maio), o que contribuiu para a redução da Euribor (ver Gráfico 6), assim como a necessidade de acelerar os esforços de criação da União Bancária.

Em resultado da conjuntura económica e financeira em Portugal, e também das exigências impostas pelas autoridades nacionais e europeias, entre elas os acordos com a DG COMP aprovados no início do ano acerca dos planos de reestruturação das instituições que recorreram a fundos estatais para levar a cabo os seus processos de recapitalização, o processo de desalavancagem no sector bancário, iniciado já em 2011, manteve-se, tendo-se consubstanciado numa contracção do activo bruto total agregado de cerca de 4% no semestre e o mesmo ascendido a 452,8 mil milhões de euros no final do período (ver Gráficos 7 e 8).

A contracção do activo resultou essencialmente da redução verificada no *stock* de crédito a clientes que diminuiu cerca de 4,8 mil milhões de euros, o equivalente a 1,9%. Para esta evolução contribuiu sobretudo a contracção do *stock* de crédito a particulares, muito em particular do crédito

ao consumo pelas suas características de elevado risco associado. No *stock* de crédito a empresas e à Administração Pública registou-se uma desaceleração da tendência de diminuição que se tem verificado desde 2011, não obstante o mesmo ter reduzido 0,5% no período (ver Gráfico 9).

Simultaneamente, os recursos de clientes e outros empréstimos registaram um comportamento positivo, aumentando 1,8% no último semestre, quando no período homólogo tinham registado uma quebra de 0,8%. Esta evolução resultou de um crescimento bastante semelhante em termos absolutos dos depósitos à vista e dos depósitos a prazo, de cerca de 1,8 mil milhões de euros cada. Este cenário permitiu que, no final do período, os recursos de clientes assumissem 56% da totalidade do endividamento das instituições, conferindo-lhe uma ainda maior estabilidade e solidez em linha com as recomendações das autoridades de supervisão (ver Gráfico 11).

Fruto da evolução conjunta do crédito e dos depósitos, o rácio de transformação voltou a diminuir, situando-se em 124,1% no final de Junho de 2013, valor muito próximo dos 120% recomendados pelo Banco de Portugal aos oito maiores grupos bancários, a atingir em 2014 (ver Gráfico 12).

Verificou-se assim a redução do montante de crédito não financiado por depósitos, que passou de 47,8 mil milhões de euros no final de 2012 para 39,4 mil milhões de euros em Junho de 2013. Na ausência de financiamento alternativo, a necessidade de recurso a fundos do BCE para cobrir o *funding gap* manteve-se, tendo no entanto diminuído, o que se reflectiu numa redução do financiamento junto de Bancos Centrais de 5,6%, e se traduziu numa maior autonomia das instituições financeiras associadas em termos da sua gestão de liquidez e *funding* (ver Gráfico 13).

Já no que respeita ao financiamento por grosso, a fragmentação dos mercados financeiros da área do euro, e a dificuldade em colocar dívida nos mercados internacionais por parte das instituições dos países periféricos, continuou a influenciar negativamente a evolução da dívida titulada e de outros instrumentos de capital emitidos pelas instituições financeiras associadas, cujo montante global diminuiu 13,7%. Esta redução implicou que, pela primeira vez desde 2011, este tipo de financiamento tivesse perdido peso relativo na estrutura de endividamento das instituições financeiras (ver Gráfico 14).

Por razões idênticas, também os recursos de outras instituições de crédito em termos brutos diminuíram. Todavia, em termos líquidos revelaram um aumento de quase 5 mil milhões de euros, que se deveu à forte diminuição das aplicações, tendo passado a representar 3,7% do total do endividamento das instituições financeiras associadas (ver Gráfico 11).

Em conjunto, o financiamento de mercado, composto pela dívida titulada, pelo mercado interbancário e pelos passivos financeiros, seguiu a tendência decrescente de 2012 mas assegurando ainda, no final de Junho de 2013, a cobertura integral do *stock* de investimentos financeiros, este último a reflectir a actividade de mercado das instituições financeiras associadas. Dada a permanência das restrições externas de acesso a financiamento por grosso, o redimensionamento da carteira de investimentos financeiros por parte das instituições financeiras associadas continua a ser importante para o equilíbrio global da sua estrutura de *funding*. Contudo, a contracção sofrida por esta rubrica face ao final de 2012 foi pouco significativa (de apenas 0,7%), pelo que a forte redução das aplicações em outras instituições de crédito, a diminuição em caixa e disponibilidades e parte da

libertação de fundos pela redução do *gap* comercial foram determinantes para garantir aquele equilíbrio.

Em termos da composição do *stock* de investimentos financeiros, assistiu-se a uma diminuição superior a um terço do montante da carteira de investimentos detidos até à maturidade, enquanto a carteira de activos financeiros disponíveis para venda registou, em valores absolutos, um aumento semelhante. Simultaneamente, é de destacar na composição da carteira total o aumento de cerca de 6,8 mil milhões em títulos de dívida pública, por contrapartida de uma diminuição semelhante (6,5 mil milhões de euros) em títulos de dívida de outros emissores.

No que respeita à solvabilidade das instituições financeiras associadas, os seus rácios de capital voltaram a aumentar, ainda que ligeiramente, no primeiro semestre do ano, seguindo a tendência já observável desde 2011. O rácio de capital *core* Tier 1 agregado atingiu os 11,8% em Junho de 2013 (contra um valor de 11,7% em finais de 2012), situando-se acima dos 10% necessários para dar cumprimento aos requisitos impostos pelas autoridades de supervisão nacionais. Ainda que o capital *core* tenha sofrido uma redução de 2,7% por via da absorção dos resultados negativos das instituições financeiras associadas, o decréscimo do activo total e sobretudo do seu risco médio mais que compensaram o primeiro efeito (ver Gráfico 15).

Se a estrutura de *funding*, a posição de liquidez e a solvabilidade das instituições financeiras demonstraram uma situação de estabilidade, e até de alguma evolução positiva, a sua rentabilidade não seguiu o mesmo rumo. Em virtude da já referida conjuntura económica desfavorável em Portugal, o resultado agregado antes de impostos das instituições financeiras associadas a nível individual foi, no primeiro semestre de 2013, de -2,8 mil milhões de euros, representando um quebra de 545,2% face a igual período do ano anterior (ver Gráfico 16). Estes prejuízos foram contudo compensados em parte pela actividade internacional e pelas actividades não bancárias das instituições financeiras associadas, uma vez que a nível consolidado o resultado antes de impostos se cifrou em -1,3 mil milhões de euros.

Os resultados do primeiro semestre do ano foram particularmente penalizados pela pressão descendente sobre a margem financeira, que reduziu quase 40% face ao período homólogo. Esta diminuição ocorreu sobretudo por via de dois efeitos nas operações activas. Por um lado, pela quebra dos juros recebidos fruto das baixas taxas de juro que se têm registado e da diminuição do *stock* de crédito concedido. Por outro lado, pelo aumento do crédito vencido, que cresceu 15,1% comparativamente ao final de 2012 (contra um crescimento de 29,9% no semestre homólogo), a reflectir a dificuldade continuada das empresas e das famílias em cumprirem as suas obrigações perante o sector financeiro. Em linha com esta evolução, os rácios de crédito com incumprimento e de crédito em risco cresceram, no primeiro semestre de 2013, para 7,4% e 11%, respectivamente (ver Gráfico 17 e 18). Simultaneamente, o custo mais elevado de algumas fontes de financiamento, como sejam a dívida emitida no final de 2012 e em 2013 e os instrumentos híbridos subscritos pelo Estado, pressionou também de forma negativa a margem financeira, ainda que os juros pagos e outros encargos similares se tenham reduzido significativamente por via de um efeito volume decorrente da diminuição do passivo e da baixa taxa de juro paga pelo recurso ao BCE (ver Gráfico 19).

Ao mesmo tempo, os resultados com operações financeiras ficaram aquém dos registados no primeiro semestre de 2012, tendo diminuído 39,4%, uma vez que o aumento dos resultados da

carteira de activos financeiros disponíveis para venda, decorrente principalmente de ganhos obtidos com a venda de títulos de dívida pública, não compensou a forte diminuição dos resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. No mesmo sentido, os rendimentos de instrumentos de capital foram afectados pela redução dos dividendos recebidos pela carteira de acções, enquanto os resultados de serviços e comissões se mantiveram praticamente inalterados.

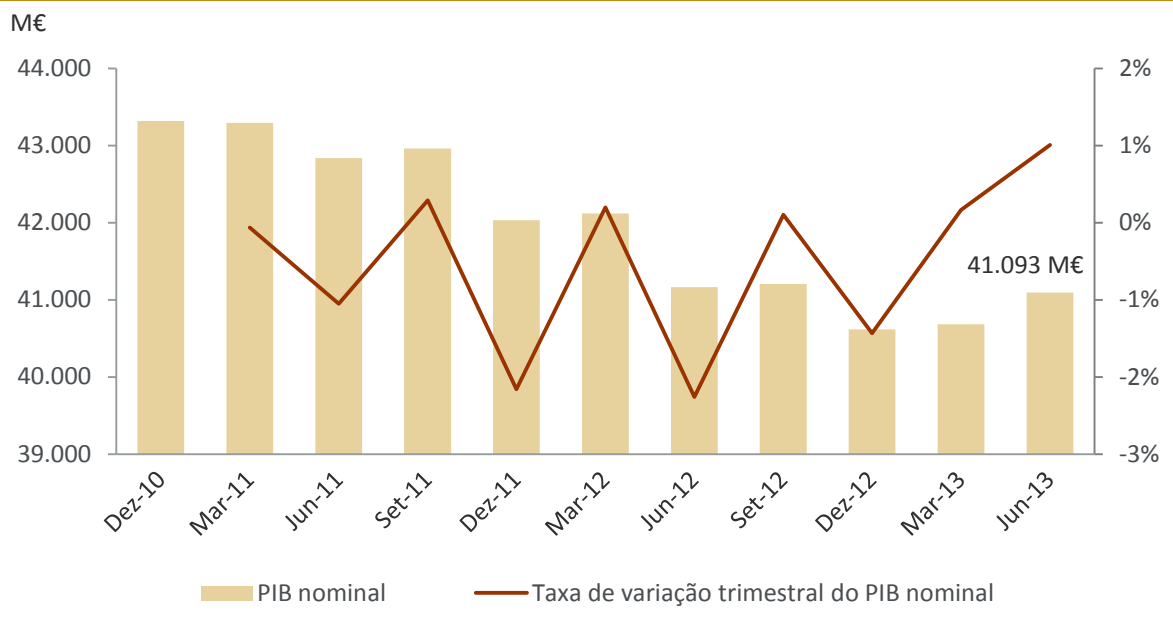
Esta evolução fez-se sentir naturalmente no produto bancário, que diminuiu 36,2%, e conduziu a um aumento do *cost-to-income* em quase 30 pontos percentuais em relação ao primeiro semestre de 2012 (ver Gráfico 20). No entanto, para a degradação do *cost-to-income* contribuiu também o aumento dos custos com pessoal, em 6%. Apesar do número de colaboradores ter diminuído em cerca de 950, esta rubrica foi altamente penalizada por eventos não recorrentes, nomeadamente a reintrodução de subsídios de férias e Natal assim como o custo associado a acordos de reformas antecipadas e indemnizações, relacionados com programas de reestruturação (ver Gráficos 21 e 22).

Por fim, as imparidades e provisões líquidas de reversões e recuperações registadas no primeiro semestre de 2013 ficaram 425 milhões de euros acima das do período homólogo, por via essencialmente do aumento das imparidades de activos não financeiros já que as imparidades de crédito diminuíram ligeiramente. Se o comportamento desta última rubrica foi penalizado pelo resultado do Exercício Transversal de Revisão das Imparidades das Carteiras de Crédito (ETRICC), levado a cabo pelo Banco de Portugal ao conjunto dos oito maiores grupos bancários no primeiro semestre de 2013, no qual foi identificada a necessidade de reforço de imparidades no valor de 1,1 mil milhões de euros, por outro lado foi também influenciado, embora positivamente, pela descontinuação de algumas operações no exterior de um Associado e pelo facto de no período homólogo se ter verificado um aumento muito significativo da mesma rubrica.

Salienta-se ainda que as instituições financeiras associadas têm continuado a prosseguir a sua política de racionalização da rede de balcões, na procura de maior eficiência e competitividade. Tal política, que já implicou o fecho de várias agências bancárias desde 2011, manteve-se no primeiro semestre do ano com a redução de 241 balcões em Portugal no período (ver Gráfico 23).

Gráfico 1

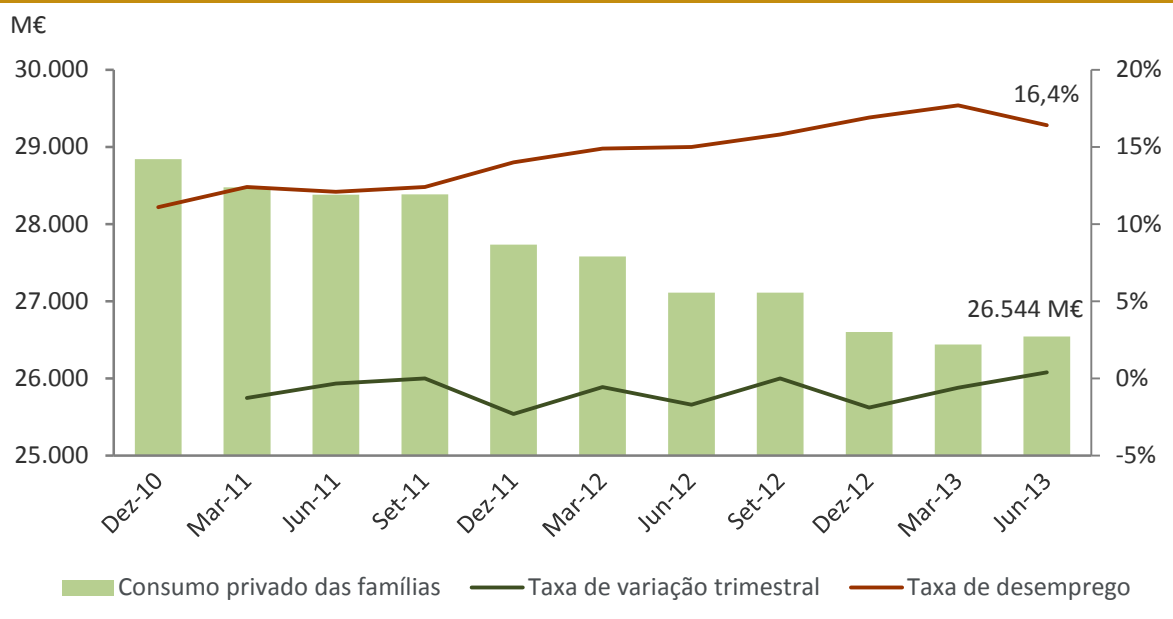
Evolução do PIB nominal trimestral e respectiva taxa de variação



Fonte: Eurostat, via Macrobond.

Gráfico 2

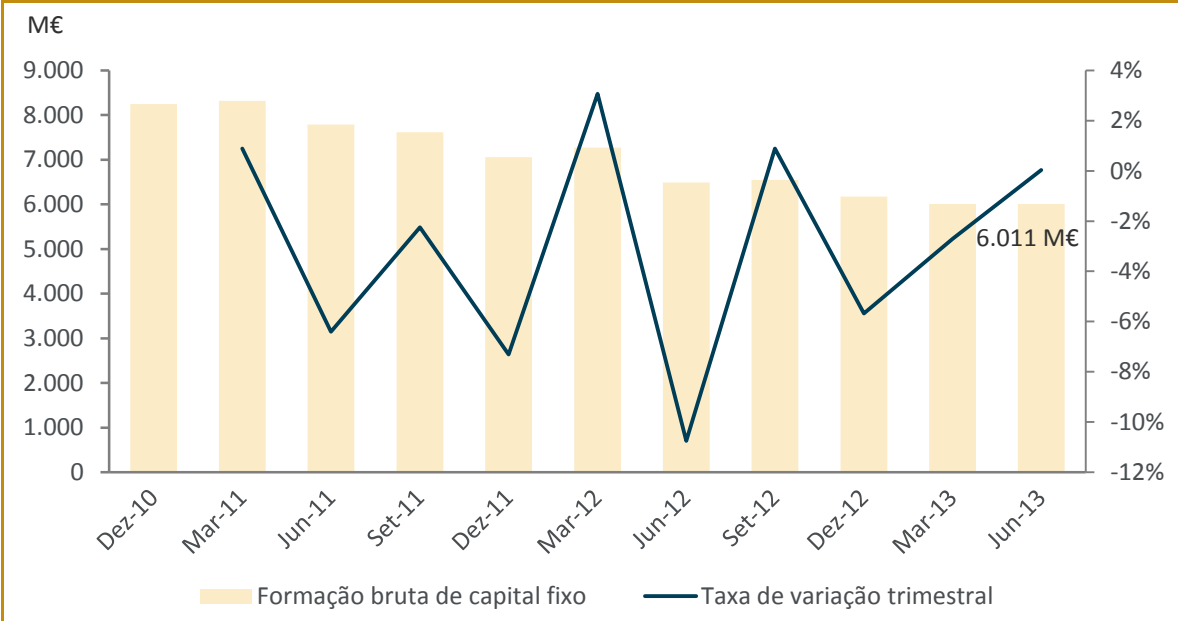
Evolução do consumo privado das famílias e respectiva taxa de variação, e da taxa de desemprego (dados trimestrais)



Fonte: Eurostat, INE, via Macrobond.

Gráfico 3

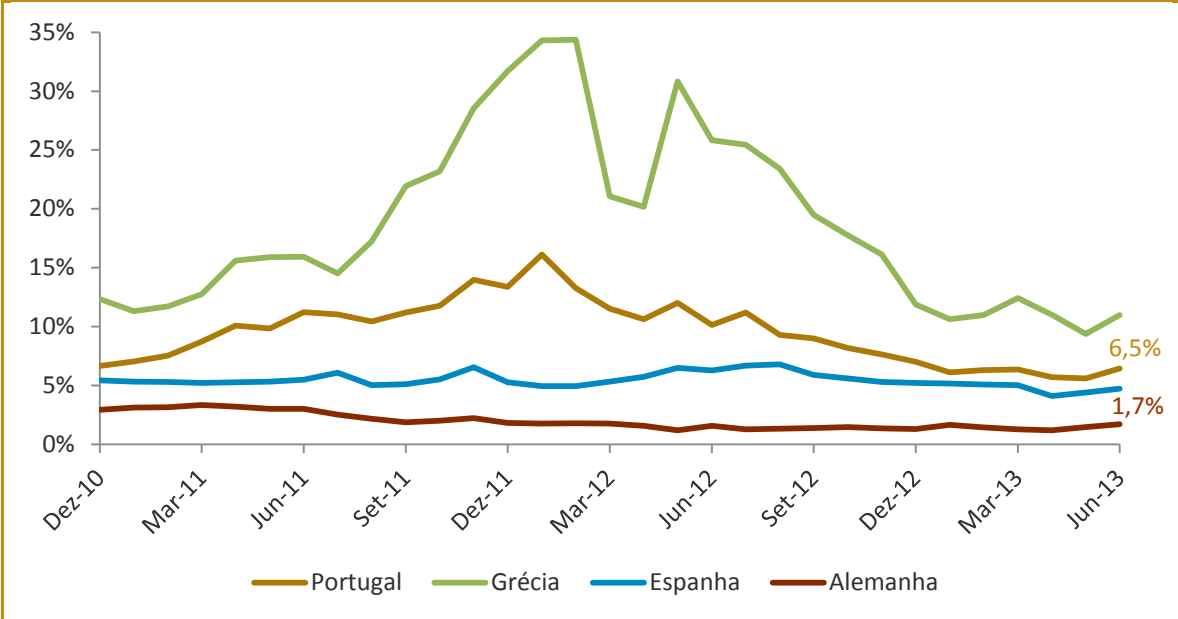
Evolução da formação bruta de capital fixo (trimestral) e respectiva taxa de variação



Fonte: Eurostat, via Macrobond.

Gráfico 4

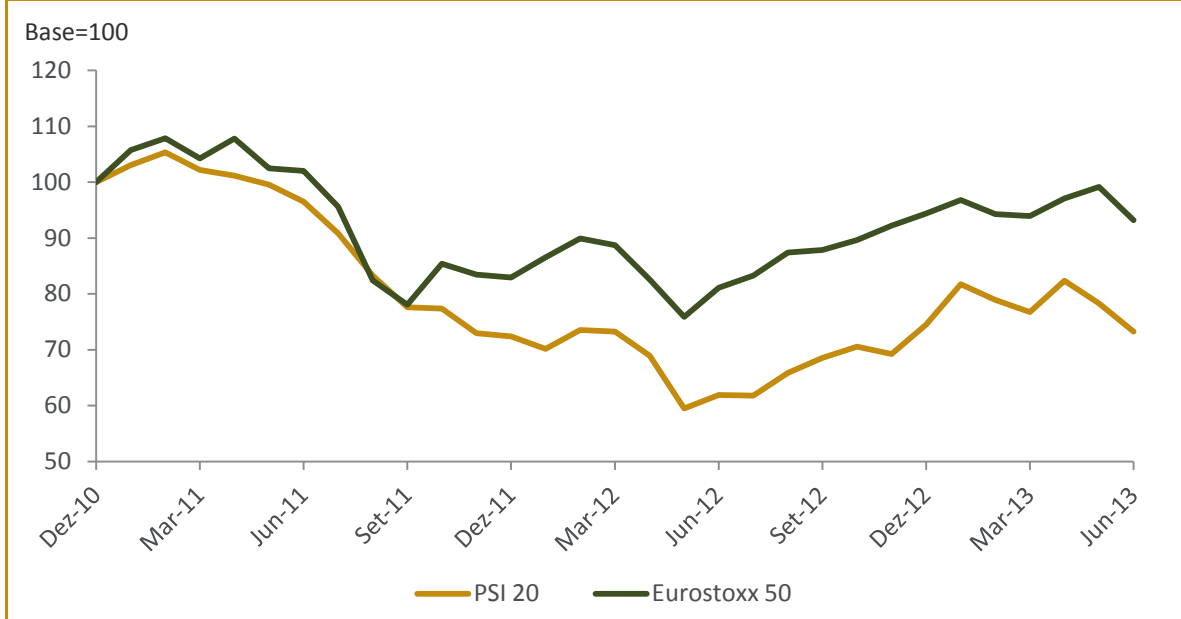
Evolução das *yield-to-maturity* para as dívidas soberanas portuguesa, grega, espanhola e alemã, a 10 anos



Fonte: Bloomberg.

Gráfico 5

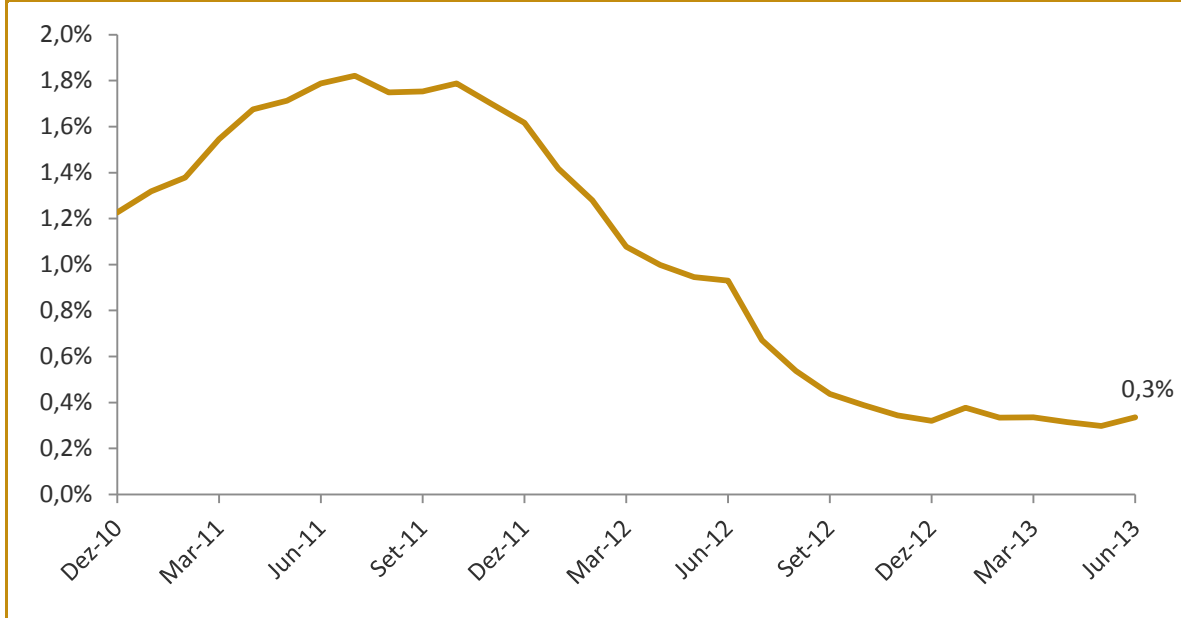
Evolução dos principais índices accionistas



Fonte: Bloomberg.

Gráfico 6

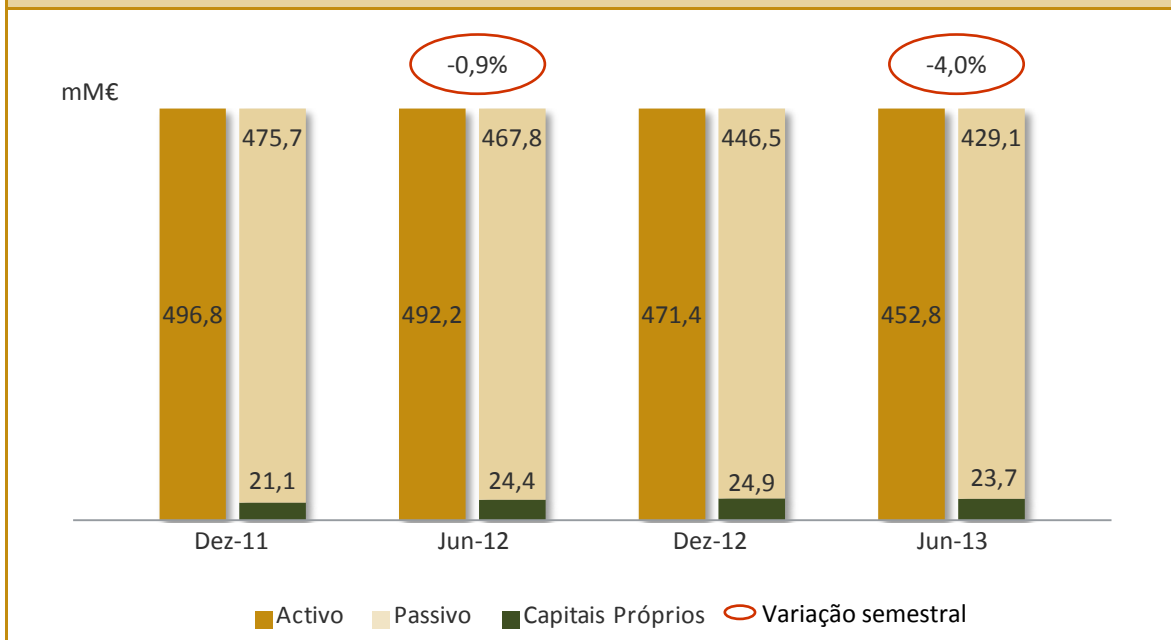
Evolução da taxa Euribor (6m)



Fonte: Bloomberg.

Gráfico 7

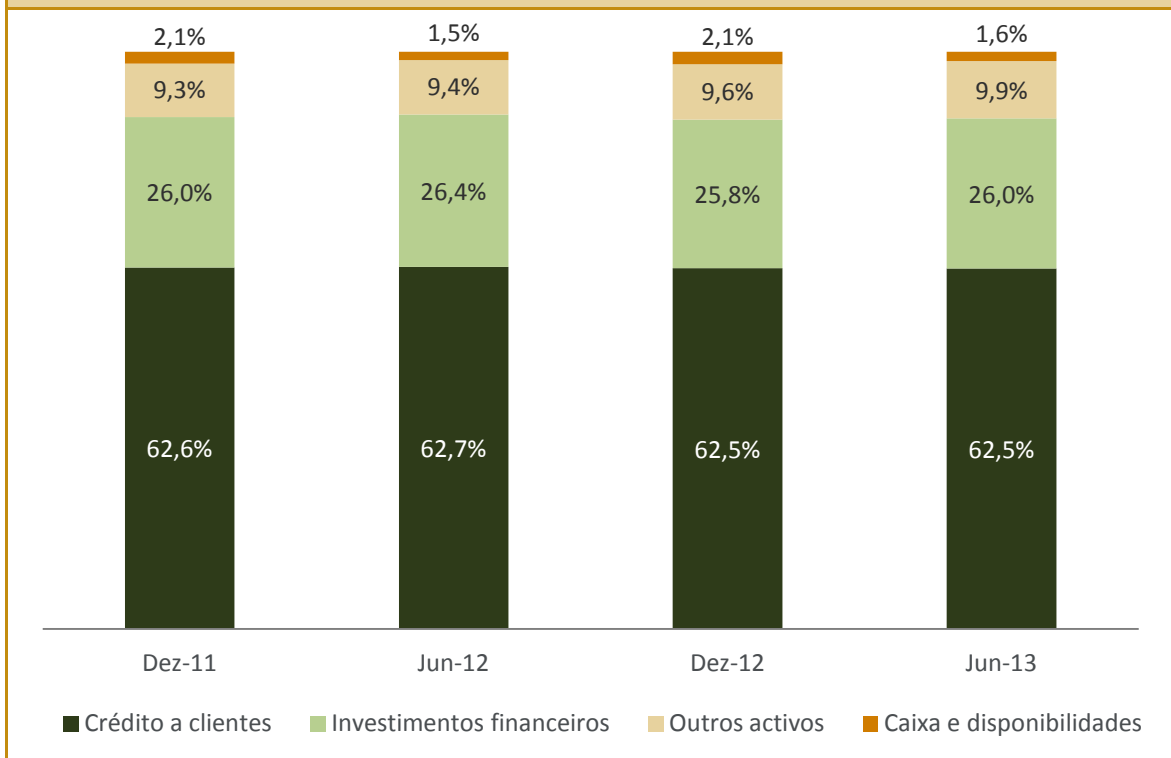
Evolução da estrutura do balanço agregado



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 8

Composição e evolução da estrutura do activo agregado*

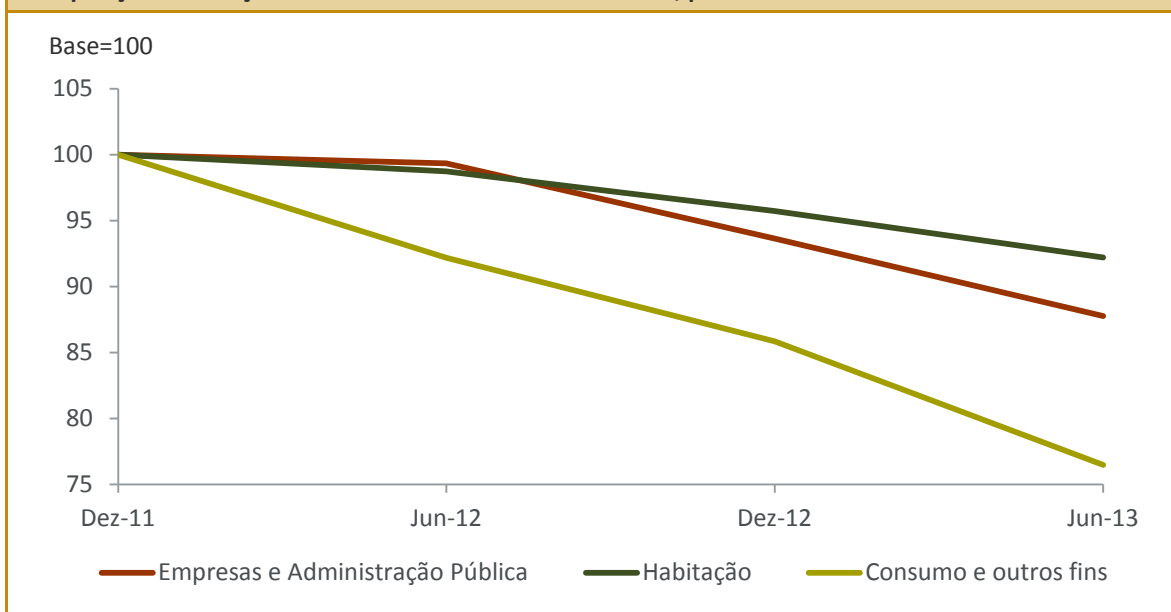


Fonte: IFs, APB.

* A rubrica aplicações em instituições de crédito foi deduzida ao passivo, na rubrica recursos de outras instituições de crédito.

Gráfico 9

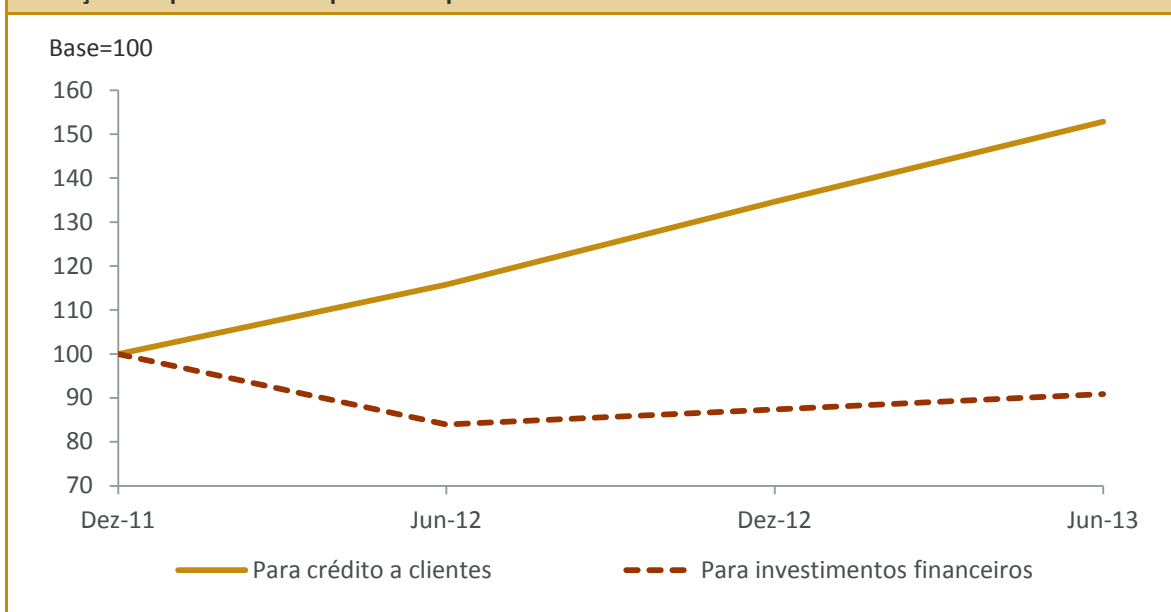
Composição e evolução do stock de crédito bruto a clientes, por destinatário



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 10

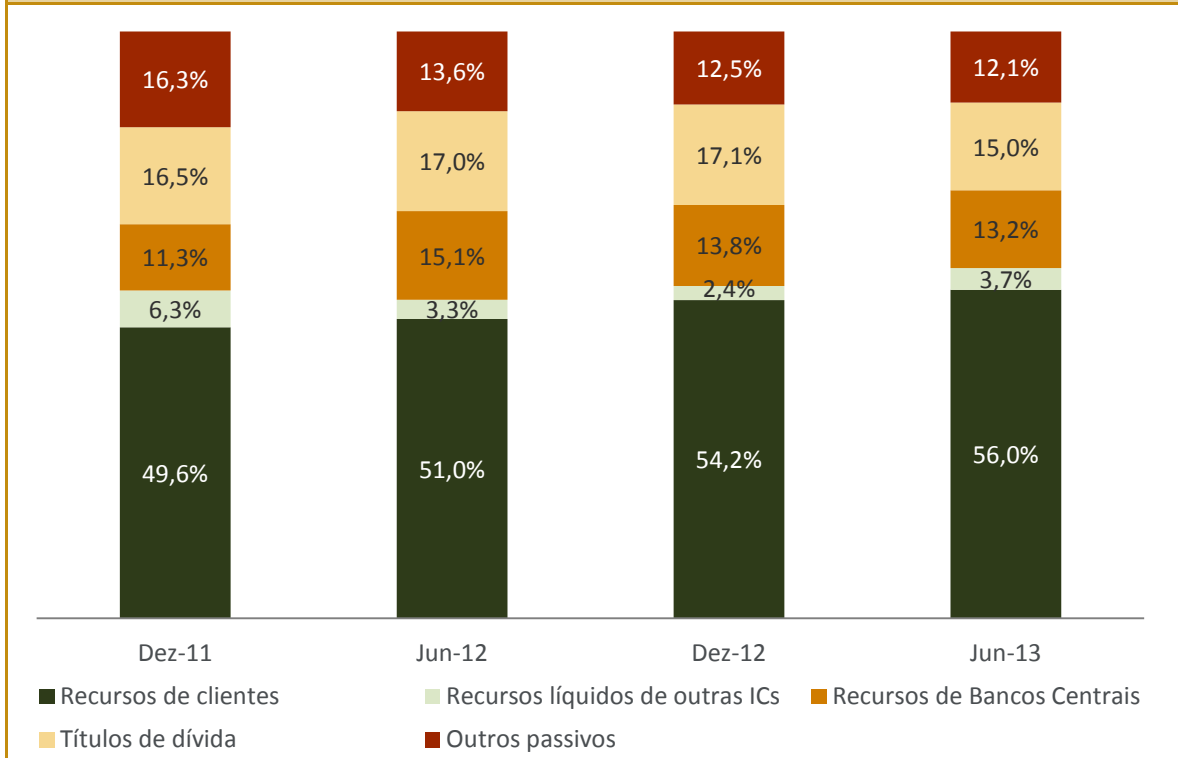
Evolução das provisões e imparidades para crédito e investimentos financeiros



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 11

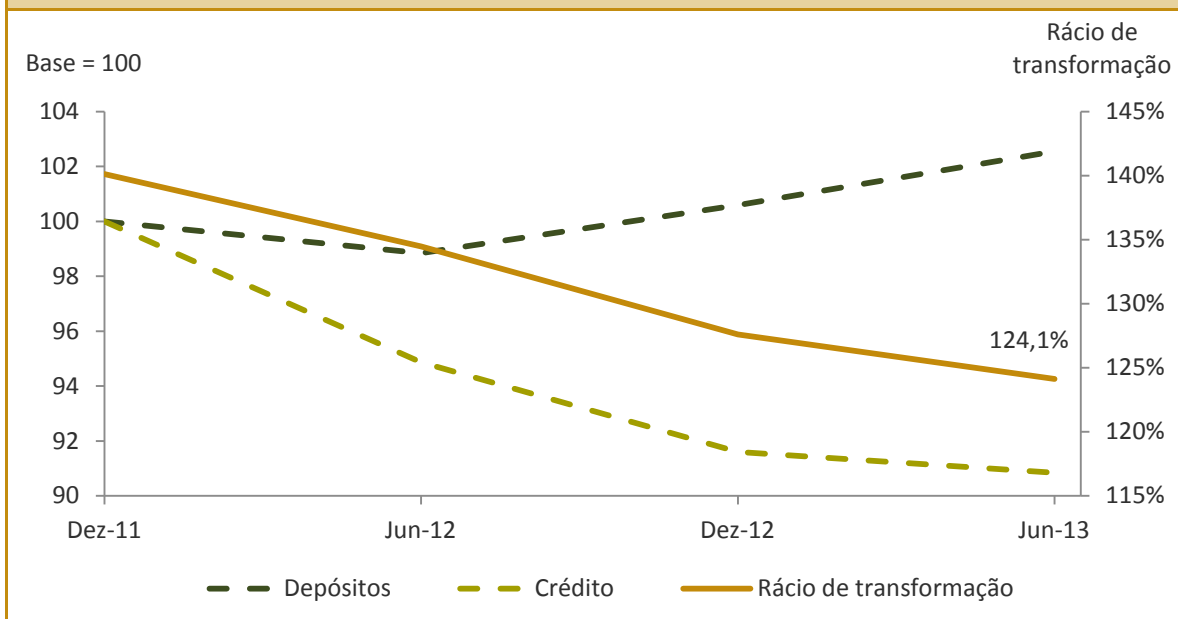
Composição e evolução da estrutura de endividamento agregado



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 12

Evolução do rácio de transformação



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 13

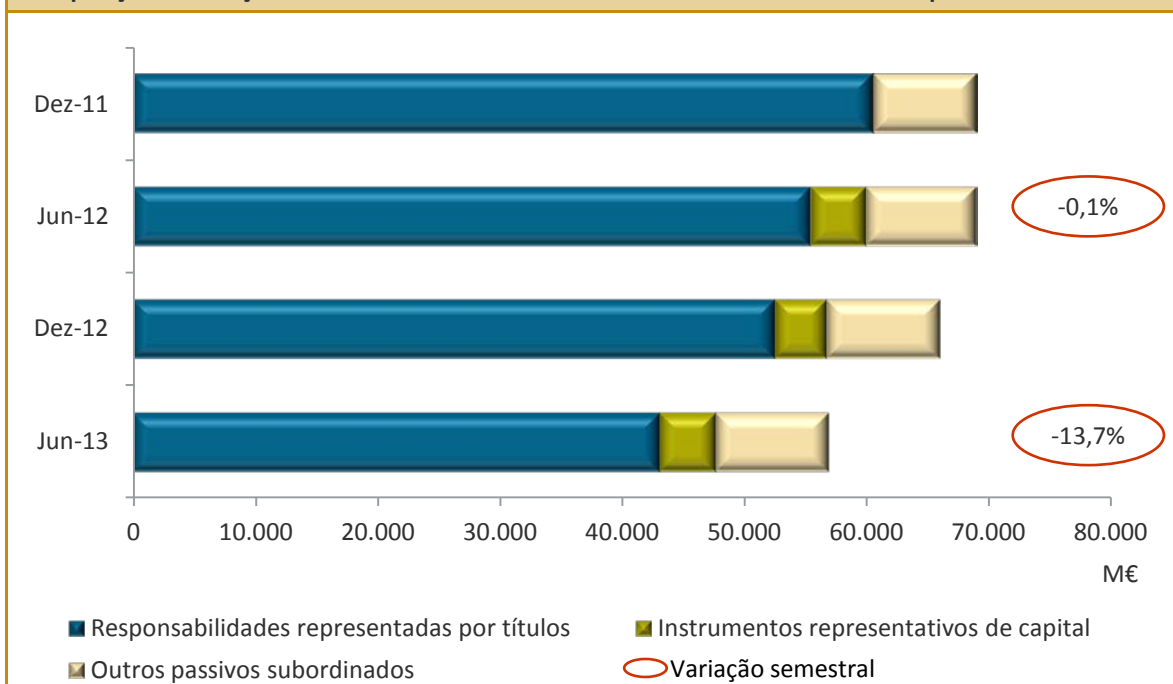
Composição e evolução dos recursos de Bancos Centrais



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 14

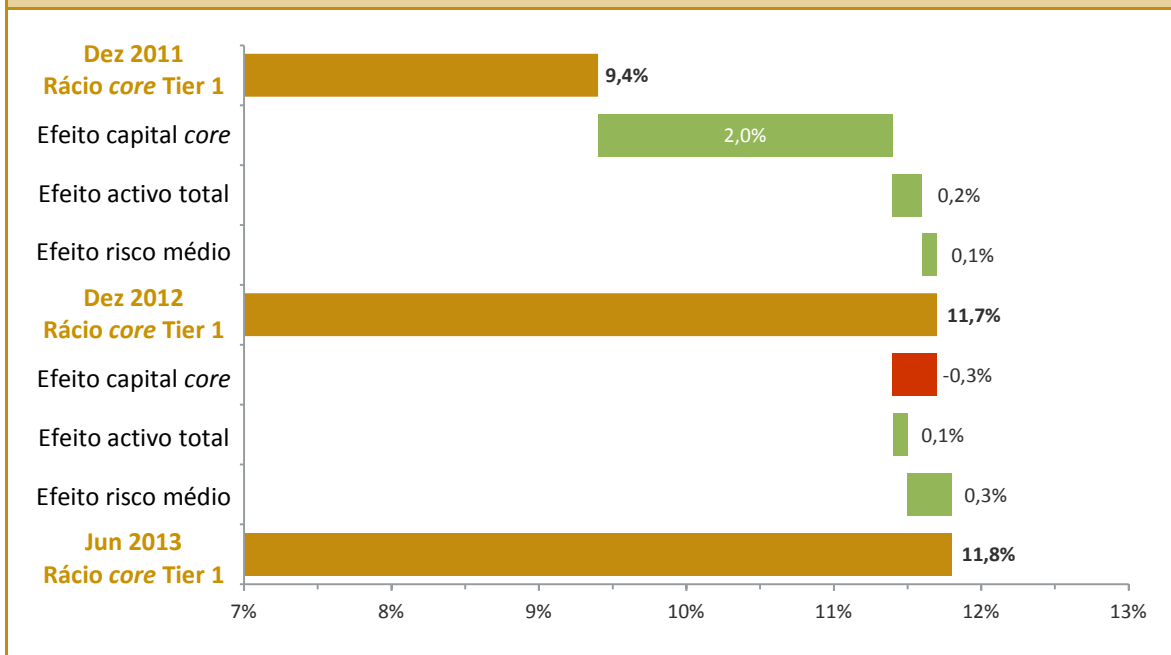
Composição e evolução dos títulos de dívida emitidos e outros instrumentos de capital



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 15

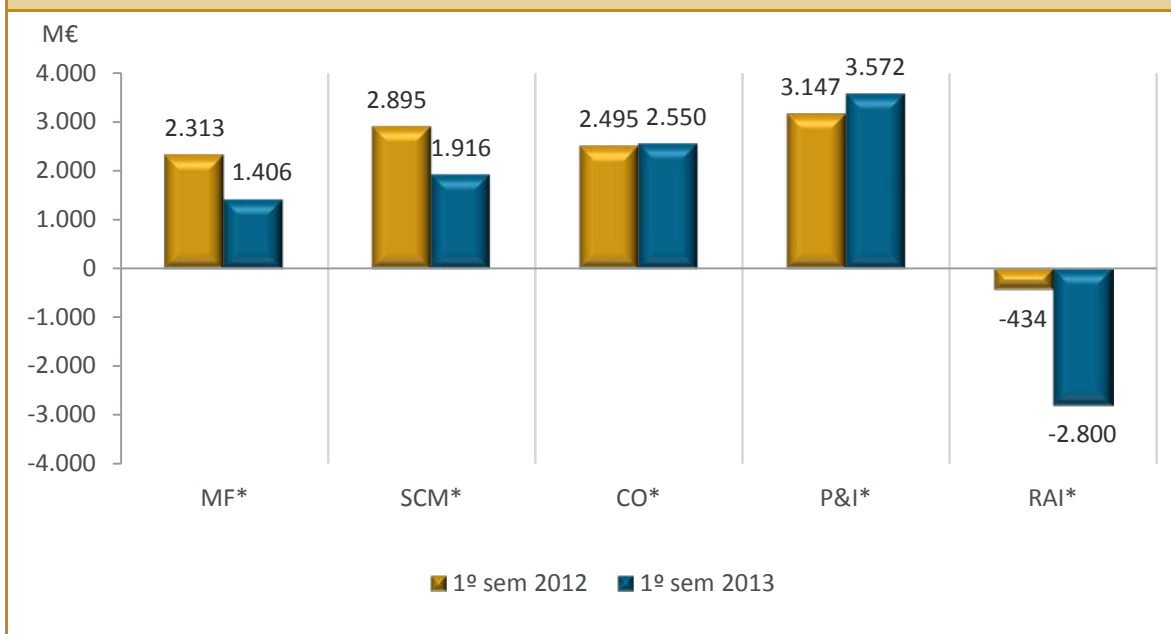
Evolução do rácio de capital core Tier 1



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 16

Evolução da demonstração de resultados

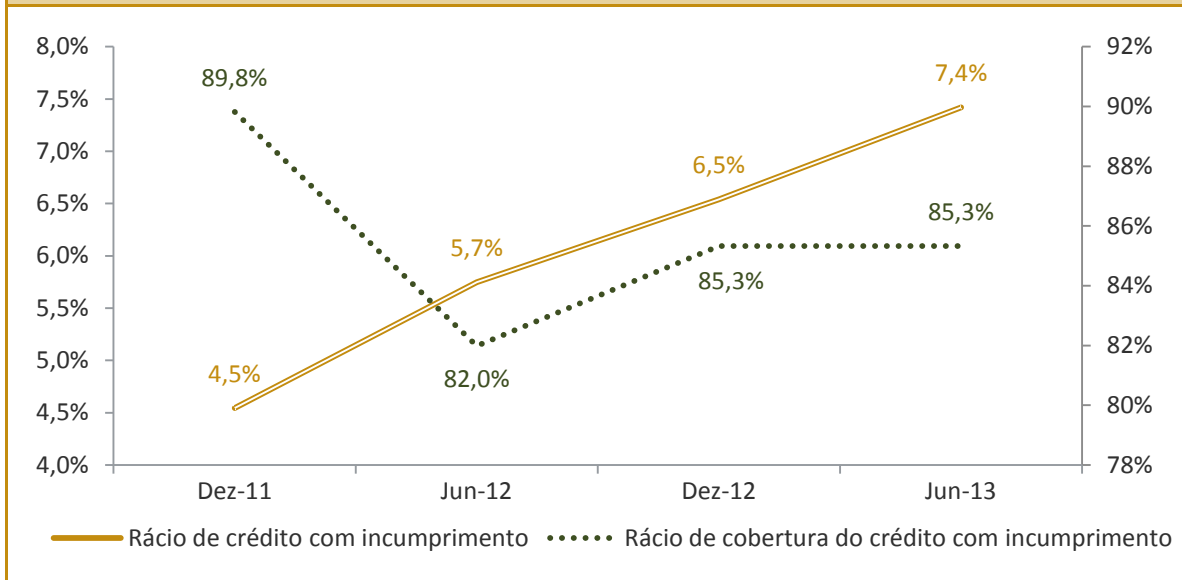


Fonte: IFs, APB.

* MF – margem financeira; SCM – actividades de serviços a clientes e de mercado; CO – custos operativos; PI – provisões e imparidades; RAI – resultado antes de impostos.

Gráfico 17

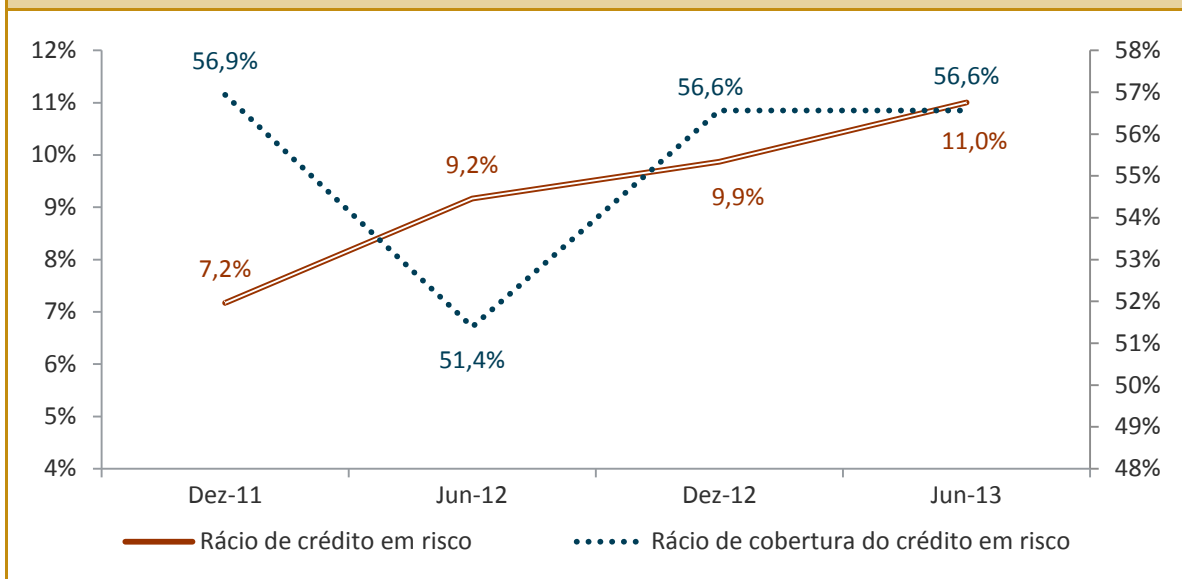
Evolução dos rácios de crédito com incumprimento e de cobertura do crédito com incumprimento



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 18

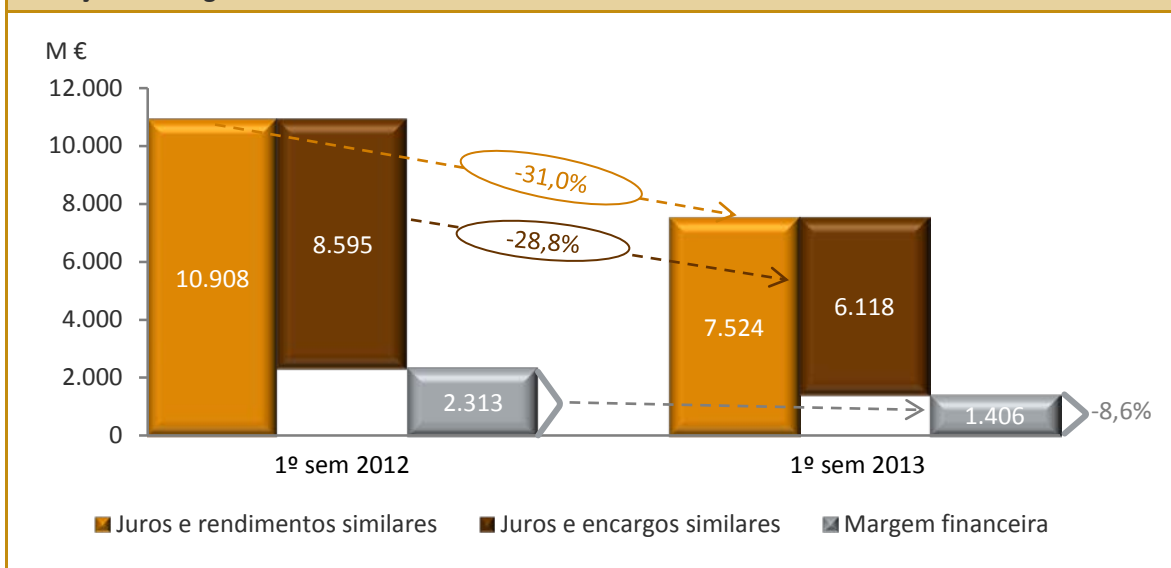
Evolução dos rácios de crédito em risco e de cobertura do crédito em risco



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 19

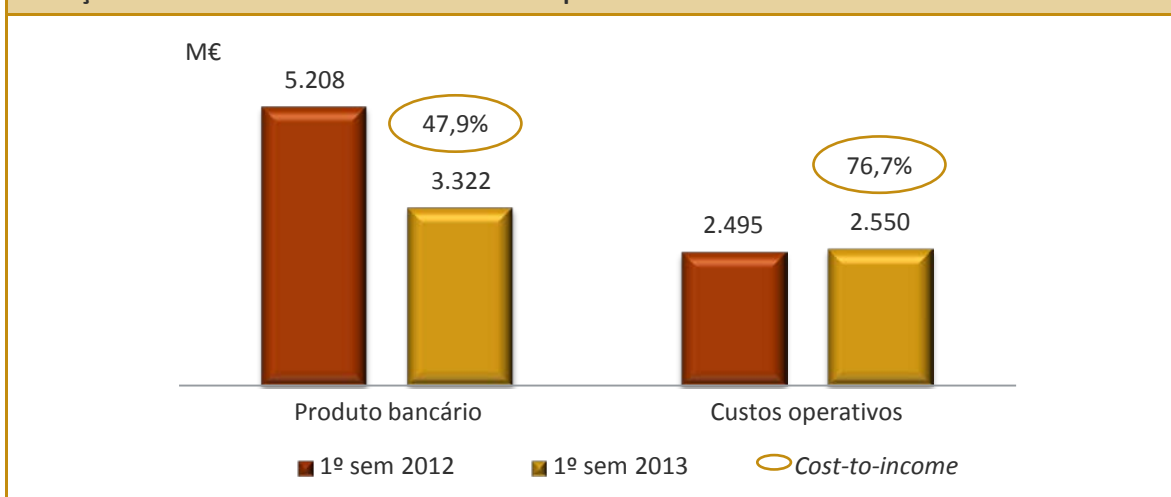
Evolução da margem financeira



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 20

Evolução do indicador *cost-to-income* e seus componentes



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 21

Evolução da estrutura de custos operativos



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 22

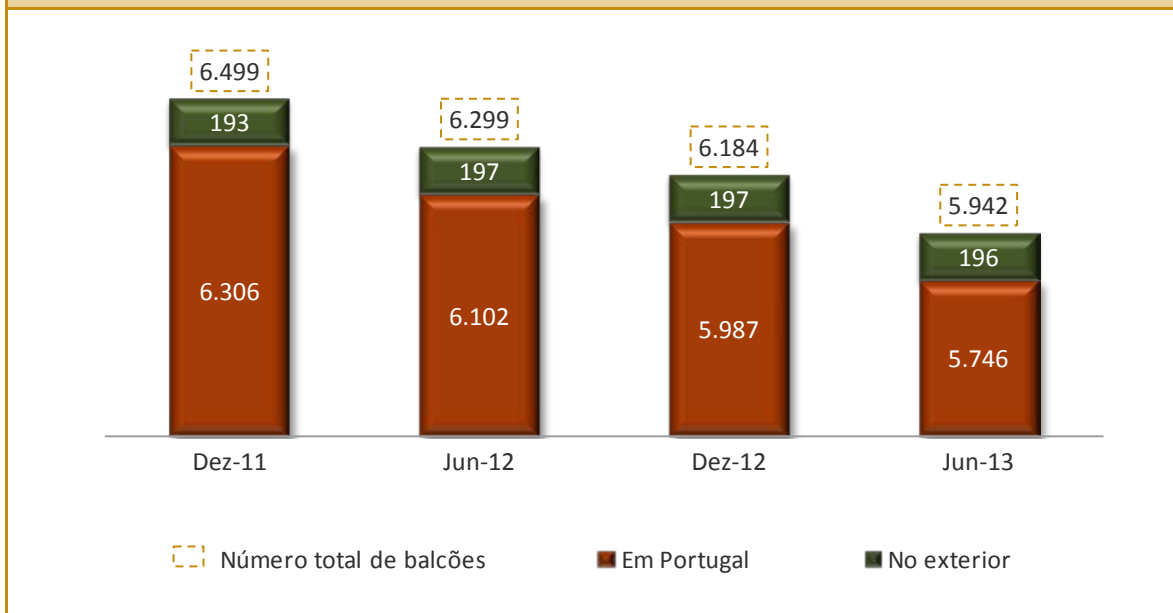
Evolução do número total de empregados



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 23

Evolução do número total de balcões



Fonte: IFs, APB.

Tabela 1: Composição e evolução da estrutura do activo agregado, em final de período (milhões de euros)

	Dez 2011	Jun 2012	Dez 2012	Jun 2013
Caixa e Disponibilidades ^{a)}				
Total (milhões €)	9.041	6.253	8.842	6.557
Taxa de variação semestral	-	-30,8%	-	-25,8%
Taxa de variação anual	-	-	-	4,9%
Investimentos Financeiros				
Total (milhões €)	114.722	113.417	106.015	105.230
Taxa de variação semestral	-	-1,1%	-	-0,7%
Taxa de variação anual	-	-	-	-7,2%
Aplicações em Instituições de Crédito				
Total (milhões €)	56.361	62.635	59.824	48.515
Taxa de variação semestral	-	11,1%	-	-18,9%
Taxa de variação anual	-	-	-	-22,5%
Crédito a Clientes				
Total (milhões €)	275.915	269.512	257.263	252.491
Taxa de variação semestral	-	-2,3%	-	-1,9%
Taxa de variação anual	-	-	-	-6,3%
Outros Activos				
Total (milhões €)	40.810	40.404	39.481	39.986
Taxa de variação semestral	-	-1,0%	-	1,3%
Taxa de variação anual	-	-	-	-1,0%
Total de balanço	496.849	492.221	471.425	452.779
Taxa de variação semestral	-	-0,9%	-	-4,0%
Taxa de variação anual	-	-	-	-8,0%

^{a)} Em Bancos Centrais e outras instituições de crédito.

Fonte: APB.

Tabela 2: Composição e evolução da estrutura de financiamento agregado, em final de período (milhões de euros)

	Dez 2011	Jun 2012	Dez 2012	Jun 2013
Recursos de Bancos Centrais				
Total (milhões €)	47.375	61.128	53.369	50.355
Taxa de variação semestral	-	29,0%	-	-5,6%
Taxa de variação anual	-	-	-	-17,6%
Recursos de Outras Instituições de Crédito				
Total (milhões €)	82.833	76.267	69.119	62.750
Taxa de variação semestral	-	-7,9%	-	-9,2%
Taxa de variação anual	-	-	-	-17,7%
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos				
Total (milhões €)	208.087	206.448	209.445	213.120
Taxa de variação semestral	-	-0,8%	-	1,8%
Taxa de variação anual	-	-	-	3,2%
Títulos de Dívida Emitidos e Outros Instrumentos de Capital ^{a)}				
Total (milhões €)	68.988	68.946	66.034	56.976
Taxa de variação semestral	-	-0,1%	-	-13,7%
Taxa de variação anual	-	-	-	-17,4%
Outros Passivos Financeiros				
Total (milhões €)	56.316	42.257	37.371	34.546
Taxa de variação semestral	-	-25,0%	-	-7,6%
Taxa de variação anual	-	-	-	-18,2%
Outros Passivos				
Total (milhões €)	12.180	12.749	11.162	11.297
Taxa de variação semestral	-	4,7%	-	1,2%
Taxa de variação anual	-	-	-	-11,4%
Capitais Próprios				
Total (milhões €)	21.070	24.426	24.925	23.735
Taxa de variação semestral	-	15,9%	-	-4,8%
Taxa de variação anual	-	-	-	-2,8%
Total de balanço	496.849	492.221	471.425	452.779
Taxa de variação semestral	-	-0,9%	-	-4,0%
Taxa de variação anual	-	-	-	-8,0%

^{a)} Inclui passivos subordinados.

Fonte: APB.

Tabela 3: Demonstração de resultados agregada (milhões de euros)

	1º semestre 2012	1º semestre 2013	Varição homóloga (%)
+ Juros e rendimentos similares	10.908	7.524	
- Juros e encargos similares	8.595	6.118	
Margem Financeira (MF)	2.313	1.406	-39,2%
+ Rendimentos de serviços e comissões	1.653	1.691	
- Encargos com serviços e comissões	-335	-356	
Resultados de Serviços e Comissões	1.318	1.335	1,3%
+ Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	320	-145	
+ Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	355	547	
+ Resultados de reavaliação cambial	34	28	
Resultados de Operações Financeiras	709	430	-39,4%
+ Rendimentos de instrumentos de capital	661	274	
+ Resultados de alienação de outros activos	3	-15	
+ Outros resultados de exploração	204	-108	
Outros Resultados	868	151	-82,6%
Produto Bancário (PB)	5.208	3.322	-36,2%
- Custos com pessoal	1.324	1.404	
- Gastos gerais administrativos	963	952	
- Amortizações do exercício	208	194	
Custos Operativos	2.495	2.550	2,2%
Resultado Bruto de Exploração (RBE)	2.713	772	-71,5%
- Provisões líquidas de reposições e anulações	0	24	
- Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	2.738	2.694	
- Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	214	187	
- Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	195	667	
Provisões e Imparidades	3.147	3.572	13,5%
Resultado Antes de Impostos (RAI)	-434	-2.800	545,2%

Fonte: APB.

Nota metodológica

A presente síntese foi elaborada com base na informação reportada a 30 de Junho de 2013 por 30 das 32 instituições financeiras associadas da APB (as instituições financeiras excluídas são o Banco L.J. Carregosa, S.A. e o NCG Banco, S.A., Sucursal em Portugal por indisponibilidade dos dados). Os valores obtidos resultam da agregação dos valores de balanço e da demonstração dos resultados individuais de cada uma delas.

No gráfico apresentado com os detalhes do crédito a clientes (Gráfico 9), a amostra engloba apenas 28 das 30 instituições financeiras associadas, por indisponibilidade dos dados do Banco Finantia e do Barclays. Nos Gráficos 17 e 18, sobre os rácios da qualidade do crédito, foram excluídos adicionalmente o Banco BIC, o BIG e o Banif Investimento por razões idênticas às anteriores, assim como as sucursais, para as quais o reporte desta informação para o Banco de Portugal não é obrigatório.

Na análise efectuada à solvabilidade das instituições financeiras associadas foram utilizadas as demonstrações financeiras sujeitas aos requisitos prudenciais. Assim, a amostra é composta por 14 instituições, das quais se utilizaram as contas individuais em três (Banco BIC, Popular, Sant Consumer) e nas restantes as contas consolidadas (Banco BPI, Millennium bcp, BIG, Finantia, Invest, CCCAM, Montepio, CGD, BBVA, Santander Totta e Espírito Santo Financial Group). O último grupo mencionado entra no lugar do BES, devido ao âmbito da supervisão neste caso. O Banif não foi incluído uma vez que os dados históricos se encontram distorcidos devido ao processo de reestruturação decorrido em 2012.

Quadro 1: Lista de Associados da APB e das instituições financeiras que os integravam, a 30 de Junho de 2012

Instituições financeiras – Domésticas

Associados	Instituições Financeiras	Siglas
Banco BIC Português, S.A.	Banco BIC Português, S.A.	Banco BIC
Banco BPI, S.A.	Banco BPI, S.A.	Banco BPI
	Banco Português de Investimento, S.A.	BPI
Banco L.J. Carregosa, S.A.	Banco L.J. Carregosa, S.A.	Carregosa
Banco Comercial Português, S.A.	Banco Comercial Português, S.A.	Millennium bcp
	Banco ActivoBank, S.A.	Activobank
	Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	BII

Banco de Investimento Global, S.A.	Banco de Investimento Global, S.A.	BIG
Banco Espírito Santo, S.A.	Banco Espírito Santo, S.A.	BES
	Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.	Besi
	Banco Espírito Santo dos Açores, S.A.	BAC
	BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	Best
Banco Finantia, S.A.	Banco Finantia, S.A.	Finantia
Banco Invest, S.A.	Banco Invest, S.A.	Invest
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	Banif
	Banif - Banco de Investimento, S.A.	Banif Inv
	Banco Banif Mais, S.A.	Banif Mais
Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	CCCAM
Caixa Económica Montepio Geral	Caixa Económica Montepio Geral	Montepio
	Finibanco, S.A.	Finibanco
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	CGD
	Caixa - Banco de Investimento, S.A.	CBI

Instituições financeiras – Filiais

Associados	Instituições Financeiras	Siglas
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.	BBVA
Banco Popular Portugal, S.A.	Banco Popular Portugal, S.A.	Popular
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Sant Consumer
Banco Santander Totta, S.A.	Banco Santander Totta, S.A.	Santander Totta

Instituições financeiras – Sucursais

Associados	Instituições Financeiras	Siglas
Banco do Brasil AG - Sucursal em Portugal	Banco do Brasil AG - Sucursal em Portugal	BB
Barclays Bank PLC, Sucursal em Portugal	Barclays Bank PLC, Sucursal em Portugal	Barclays
BNP Paribas	BNP Paribas	BNP
	BNP Paribas Securities Services, S.A. - Sucursal em Portugal	BNP SS
NCG Banco, S.A., Sucursal em Portugal	NCG Banco, S.A., Sucursal em Portugal	NCG
Deutsche Bank AG, Sucursal em Portugal	Deutsche Bank AG, Sucursal em Portugal	Deutsche Bank

Fonte: APB.

APB ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE BANCOS

Associação Portuguesa de Bancos
Avenida da República 35 - 5º | 1050-186 Lisboa | Portugal
Tel. 21 351 00 70 | Fax. 21 357 95 33 | apbancos@apb.pt | www.apb.pt